



Nossas cidades em guerra: notas sobre militarização e colonialidade a partir do Rio de Janeiro¹

Lia de Mattos Rocha 

Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Email: lia.rocha@uerj.br

Frank Andrew Davies 

Doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Email: frank.davies@uerj.br

Resumo

Escrito como ensaio, neste artigo partimos do argumento de que a militarização urbana é um processo social do tempo presente com marcas e efeitos variados nos espaços e em seus viventes. Articulando este fenômeno à chamada "matriz colonial de poder", consideramos a experiência de pesquisa dos autores no e sobre o Rio de Janeiro, estabelecendo a partir da revisão da literatura um contraponto aos contextos urbanos já analisados à luz dessas categorias. Por meio de notas de pesquisa, buscamos avançar em questões que envolvem a compreensão da militarização e suas conexões com as formas de saber e poder que organizam a vida nas cidades, nos contextos do Norte e do Sul Global. Entre caso e contexto, pretendemos contribuir para o debate em torno das relações entre militarização urbana e as lógicas coloniais de organização da vida e dos espaços no tempo presente.

Palavras-chave: violência urbana; ordenamento urbano; pacificação; colonialidade territorial; Rio de Janeiro.

¹ Esse texto é o primeiro resultado conjunto de um esforço teórico e analítico que contou com a colaboração de muitos colegas. Agradecemos, sempre, à interlocução dos grupos de estudo formados no CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana da Uerj, no ¡DALE! Decolonizar a América Latina e Seus Espaços, da UFBA, e MTTM: Mobilidades, Teorias, Temas e Métodos, da USP, além dos participantes do Seminário Temático "Cidades em Guerra", que organizamos no 46º. Encontro da Anpocs em 2022, e também aos pareceristas que apresentaram sugestões enriquecedoras ao nosso texto.



Our Cities at War: Notes on Militarization and Coloniality from Rio de Janeiro.

Abstract

Written as an essay, this text begins with the argument that urban militarization is a contemporary social process with diverse marks and effects on spaces and their inhabitants. By articulating this phenomenon with the so-called "colonial matrix of power," we consider the authors' research experience in and about Rio de Janeiro. Through a literature review, we establish a counterpoint to urban contexts already analyzed in light of these categories. Drawing from research notes, we aim to delve into issues concerning the understanding of militarization and its connections with the forms of knowledge and power that organize life in cities, within the contexts of the Global North and South. Between case and context, our intention is to contribute notes to the debate surrounding the relationships between urban militarization and the colonial logics organizing life and spaces in the present time.

Keywords: urban violence; urban planning; pacification; spatial coloniality; Rio de Janeiro.

Introdução

Há algum tempo, parte da literatura internacional - e daquilo que é conhecido por teoria e costuma vir do Norte (Connell, 2012), avalia que as nossas cidades têm vivido em estado de guerra. Acompanhando a escalada nas últimas décadas de investimentos em equipamentos e contingentes militares visando o ordenamento urbano, analistas reconhecem que as metrópoles têm sido vistas como verdadeiros campos de batalha. Exemplo disso é a coletânea *Cities at War: Global Insecurity and Urban Resistance*, publicada em 2020 e organizada por Mary Kaldor e Saskia Sassen, professoras da London School of Economics. Reunindo oito estudos de cunho qualitativo, o livro privilegia o aprofundamento desses temas a partir de distintos cenários urbanos: Juaréz, Bagdá, Cabul, Karachi, Goma e Bogotá servem de pano de fundo para investigações preocupadas com os entrelaçamentos entre formas de conflitos armado e a gestão da vida nessas cidades. Apesar das pesquisas que tematizam as formas de "guerra" deflagradas no cotidiano das cidades do Norte (Lutz, 2002; Graham, 2016), a coletânea de Kaldor e Sassen escolhe priorizar os contextos urbanos do Sul Global, reforçando estereótipos em torno desses espaços como cidades militarizadas, propensas às rotinas de guerra.

Neste texto, escrito como um ensaio, partimos do argumento de que a militarização é um processo social do tempo presente, com marcas e efeitos diversos sobre os espaços urbanos e seus habitantes. A seguir, iremos explorar notas acerca da relação entre este processo e as lógicas de produção e reprodução das cidades, em especial às formas de governo que têm conduzido essas dinâmicas. Assumimos a perspectiva de quem experimenta a militarização a partir das margens, espaços periféricos e sob influência das dinâmicas gestadas pelos países centrais, e questionamos os enquadramentos conceituais que distanciam os espaços urbanos do Norte e do Sul Global, buscando aproximações e novas sínteses. Articulando esse debate à chamada "matriz colonial de poder" (Quijano, 2005), e levando em conta a experiência de pesquisa dos autores no e sobre o Rio de Janeiro, estabelecemos contrastes com outros contextos urbanos analisados à luz dessas categorias. A partir de notas de pesquisa, buscamos avançar em questões que envolvem a compreensão da militarização e suas conexões com formas de saber e poder que organizam a vida nas cidades.

Pretendemos contribuir com este debate a partir das dimensões empíricas do que é aqui tratado como problema social e sociológico. Ao dar destaque ao Rio de Janeiro, levamos em conta os aspectos que persistem e se prolongam em pesquisas voltadas a outros cenários urbanos, repercutindo o que se revela como dimensão social da colonialidade do espaço.

Assumindo que a localização geográfica participa dos jogos de posições que envolvem a geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2010), tomamos o Rio de Janeiro como "caso bom para pensar" as cidades do Sul Global. Marcadas por formas de urbanismo subalterno, essas cidades têm inspirado nas últimas décadas perspectivas alternativas sobre o espaço urbano, em contraponto às leituras formalizadas sob o prisma norte centrado. Diante de olhares normativos que exaltam o racionalismo das ferramentas do planejamento urbano, as cidades do Sul Global nos fazem perceber as porosidades e artificialidades dessas representações. Ananya Roy (2011) tem sido uma importante voz no campo dos estudos urbanos em defesa de análises em torno dessas experiências, convidando-nos a transcender as "metonímias do subdesenvolvimento" ao qual essas cidades têm sido sistematicamente enquadradas. Já Thiago Canetti (2021) analisa as cidades do Sul Global a partir da expansão da periferia global, compreendida enquanto sintoma do colapso sistêmico do capitalismo que tem alçado tais cidades a condição de exemplos para o futuro. Afirma o autor:

É nessas condições que as cidades do Sul Global foram se transformando em referências, tanto como em objeto de reflexão a respeito dos processos que ocorrem nas cidades do Norte Global, constituindo-se como um novo parâmetro da atual produção social do espaço, sugerindo a ideia de condição periférica como resultado da crise do capital que se generaliza (CANETTI, 2021, p. 6).

Aprofundando a compreensão das cidades contemporâneas a partir do Sul Global, investimos nas próximas páginas em uma reflexão sobre a militarização urbana enquanto um dispositivo da colonialidade desses espaços. Se a colonialidade revela um "lado obscuro" da modernidade (Mignolo, 1995), parte do esforço de compreensão dos estudos urbanos na atualidade tem sido a de repensar perspectivas, abordagens e conceitos consolidados. A partir de esforços de revisão teórica, investigadores têm buscado superar temas e problemas privilegiados até então pela teoria social, jogando luzes a temas e problemas antes desprezados ou subestimados pelos debates intelectuais.

De acordo com leituras fundamentadas em referenciais norte centrados, pesquisas sobre a cidade latino-americana têm reproduzido uma percepção de desvio de rota em relação às experiências que vem "de lá". Ao passo em que nossas cidades são interpretadas por essas lentes, acabamos projetando distorções à imagem que temos sobre nós mesmos; "(...) ao invés de 'desvios' e 'problemas', seria o caso de deformação sobre as maneiras de saber e representar tal realidade" (Davies, 2022: 339).

Desse modo, o debate sobre a colonialidade tem sido mobilizado por diferentes autores e abordagens a fim de reposicionar os pressupostos da teoria social. Para este texto², tomamos a colonialidade como um conjunto de temas e problemas "obscurecidos" pelas leituras teóricas dominantes. A colonialidade está associada à história da invasão europeia a outros continentes e a constituição de seus marcos e efeitos no tempo passado e presente, reproduzidos pela atualização da raça como dispositivo de classificação e diferenciação das relações sociais. A colonialidade, em sentido mais amplo, tem estruturado a vida social a partir de lógicas binárias e de naturalização das concepções hierárquicas em torno de sujeitos e espaços. A raça, nesse sentido, emerge como um conceito fundamental de compreensão às colonialidades que acompanham a modernidade desde o século XV, trazendo uma marca a esse fenômeno e processo social complexo (Quijano, (2005; Mignolo, 2010; Name, 2019).

A colonialidade do espaço, nesse sentido, emerge de um debate teórico no campo dos estudos e da teoria espacial. Inspirado nas ideias de "colonialidade do poder" de Aníbal Quijano (2005) e na analítica da colonialidade e da decolonialidade do poder proposta por Nelson Maldonado-Torres (2019), Leo Name (2021) discorre sobre a dimensão da produção dos espaços sob a perspectiva decolonial. Pontua que Quijano "(...) concebe a colonialidade como uma classificação racial global que, desde 1492, criou e renovou identidades" (Name, 2021, p. 3), e, nesse sentido, este processo tem constituído desde a origem a nossa experiência de cidade. As inscrições de memórias e de preservação de patrimônios têm sido marcadas há décadas pela exaltação à experiência colonial, configurando um padrão de valorização da branquidão. Além disso, as cidades que resultaram da invasão às Américas desde o início naturalizam a extração da natureza e estão marcadas pela condição de exclusão. No mesmo

² Sobre colonialismo, racismo e a violência intrínseca a esses processos, as contribuições de Fanon (2004) e Mbembe (2006), entre outros, são centrais e dialogam com muitas das análises feitas por nós em outros lugares (Rocha, 2018; Rocha e Da Motta, 2020; Davies, 2022). Porém, no escopo deste artigo e com o intuito de trazer diferentes tradições sociológicas para o debate, estamos nos concentrando nas formulações da vertente latino-americana dos estudos decoloniais.

sentido, Delgado (2024) também sugere que o diálogo com Quijano nos permite compreender os atuais problemas territoriais como "un reflejo tangible de la hegemonía del modelo epistémico desplegado por Occidente en el sistema mundo moderno/colonial" (p. 56), que reforça uma concepção de território ao inferiorizar outras possibilidades de organização espacial.

Na medida em que é construído socialmente, o espaço repercute concepções e perspectivas forjadas na história e que se prolongam no curso do tempo. A colonialidade, nesse sentido, se faz presente na organização de corpos e lugares por meio dos enquadramentos binários, que aqui queremos explorar em diálogo com a situação de "estado de guerra" em que vivem as grandes cidades. Partindo da militarização urbana como um dispositivo de controle e repressão posto em prática enquanto tendência e processo social tanto no Norte como no Sul Global, tratamos a seguir de algumas conexões entre esses dois contextos. Sob tal esforço, pretendemos refletir a lógica de ordenamento posta em curso nas cidades, marcadas por formas coloniais de saber e poder que orientam corpos e lugares marcados por sistemas hierárquicos, reproduzindo modos de apagamento e extermínio de grupos sociais minoritarizados.

Assumindo que o processo de militarização das cidades atualiza antigas lógicas coloniais, nas próximas seções trazemos apontamentos em torno desses conceitos à luz das experiências "de lá" e "daqui". Em uma primeira parte, é apresentado o percurso de pesquisa a fim de justificar o que constitui tais questões como pano de fundo e interesse investigativo para nós enquanto autores. Em seguida, tratamos de dialogar com parte da literatura especializada do Norte Global, privilegiando resultados investigativos produzidos nesses contextos. À frente, entramos em reflexões que se desdobram das pesquisas que realizamos na cidade do Rio de Janeiro. Analisando formas militarizadas de governo experimentadas nas últimas décadas - o programa de "pacificação" de favelas, a intervenção federal na segurança pública e a expansão das milícias -, buscamos traçar aspectos importantes do processo social em curso, levando em conta as marcas específicas desse espaço e as relações que estabelecem em maior escala com as cidades contemporâneas. Por fim, chegamos a algumas notas para o debate e em convite e estímulo a outras imaginações sobre o tema, trazemos considerações em torno das formas de urbanismo em curso, suas tendências e efeitos no tempo presente e as conexões que estabelecem sob outras perspectivas e temporalidades.

Uma cidade entre cidades *em guerra*: ponto de partida para estas notas

Já há alguns anos, em vista de investigações tocadas no bojo do "ciclo dos megaeventos esportivos", os autores deste texto têm tido interesse em compreender os impactos (ou "legados") que essas iniciativas têm alcançado nas formas de viver e governar o Rio de Janeiro. Na condição de candidata e posteriormente sede desses torneios, é de se considerar o intenso movimento de redes e fluxos de agentes, saberes, objetos e imaginários na promoção dessa "cidade olímpica". A adoção de tal agenda para a cidade atendeu às orientações de "boas práticas" fomentadas por circuitos já conhecidos e fortalecidos por essas iniciativas, atualizando velhas condutas impostas pelo sentido Norte-Sul e seus feixes de poder (Oliveira, 2012; Vainer, 2011).

No contexto dessas dinâmicas, enquanto pesquisadores, tratamos de forma especial as condições que envolveram a rotina das favelas, periferias e territórios marcados pela pobreza na cidade. Sensíveis às formas de ordenamento instituídas nesses espaços e os regimes de circulação que envolveram seus

moradores, levamos a sério a categoria militarização como um operador analítico dessas experiências. Em paralelo à implementação da agenda da "cidade olímpica", é perceptível que a militarização enquanto processo social alcançou novos patamares e repercutiu nas formas de vida na cidade, com efeitos sobre diversas dimensões sociais do tempo presente (Leite et. al, 2018; Martins, 2019, entre outros).

Neste sentido, temos considerado a militarização como “uma forma de governo” (Leite et. al, 2018: 11) ou ainda como um *dispositivo* (Rocha e Da Motta, 2020: 232), em ambos os casos mobilizando os conceitos foucaultianos de governo, governabilidade e dispositivo (Foucault, 2000, 2010, 2017), que incorpora e atualiza o modelo colonial de ocupação, controle e exploração de territórios e populações que nos constitui historicamente (Fanon, 2004; Mbembe, 2006). Tais formulações buscam apreender o fenômeno por meio de sua capilaridade nos territórios, espaços de moradia, trabalho e lazer, sob o privilégio da dimensão cotidiana. Por isso, entendemos que a militarização figura como uma forma de governo que pode ser exercida tanto por agentes estatais, como “o Exército, a Polícia Militar, a Polícia Civil, quanto por agentes “das igrejas, das ONGs, dos trabalhadores dos programas sociais, do mercado e muitas vezes do crime”³ (Leite et. al, 2018: 11).

Compreendemos ainda a militarização como fenômeno que “combina atuações do tipo militar (podendo ser realizadas por agentes militares ou não) com a disseminação de uma doutrina securitária que reordena a vida social, transformando todos os espaços em potenciais “campos de batalha” e todo tipo de insurgência em ameaça à segurança” (Rocha e Da Motta, 2020: 232) - e por articular instituições, legislações e normas com valores, moralidades, saberes, opera como um *dispositivo* (Foucault, 2000).

Em sentido ampliado, temos tratado o conceito de militarização como um processo social que combina tendências e dinâmicas de ordem prática e simbólica, com potencialidades e limites aos modos de conduzir condutas em diferentes espaços. Ao operar o conceito em nossos trabalhos de campo - e considerando toda a produção sobre o Rio de Janeiro e o binômio "violência - guerra" como forma de governo (Zaluar, 1985; Leite, 2000; Machado da Silva, 2008; Magalhães, 2020), é forçoso ponderar que, entretanto, muitas definições sobre militarização que informam esse campo de debates remetem a experiências históricas diferentes da nossa. As dissonâncias que envolvem essas experiências repercutem na análise dos dados, o que nos demanda a busca por outras abordagens interpretativas, definidas por outros enquadramentos espaço-temporais, portanto.

Nesse sentido, apresentamos a seguir algumas notas a partir da revisão da literatura que tematiza as *idades em guerra* a partir do Norte Global. Em contraste, tratamos do caso do Rio de Janeiro, cotejando reflexões em torno do fenômeno e das continuidades que se estabelecem frente a lógicas coloniais, formas de urbanismo marcadas por hierarquias e concepções binárias na organização de corpos e espaços nas cidades contemporâneas.

Cidades em guerra "de lá": terrorismo e capitalismo em marcha

O debate sobre militarização urbana desde autores do centro de produção geopolítica do conhecimento tem sido fortemente marcado pela posição de destaque militar experimentada pelos Estados Unidos da América desde a segunda metade do século XX - posição essa que se consolidou após os atentados de 11 de setembro de 2001. A reação americana ao 11 de Setembro deslanchou uma "Guerra ao Terror" que superou as “guerras” anteriores (a Guerra Fria, às drogas e ao crime), moldando

³ Tal formulação é devedora dos diversos trabalhos realizados tendo como objeto o Programa de Pacificação de Favelas e seus efeitos (Miagusko, 2016; Menezes, 2023; Rocha e Carvalho, 2018; entre outros).

a relação do país com o resto do mundo e consolidando sua posição central de poder imperial (Harvey, 2005; Graham, 2016). Este evento recupera, inclusive, a temática da militarização como objeto de preocupação de sociólogos e antropólogos, articulado a debates mais recentes sobre o estado e ao fato de muitos dos “campos de pesquisa” terem se tornado, eles mesmos, campos de guerra (Lutz, 2007).

Assim, compreender e conceituar a militarização como fenômeno sociológico (em contraste a abordagens como as das Relações Internacionais e de estudos sobre Defesa, por exemplo) torna-se questão relevante em particular a partir dessa experiência. Contudo, o 11 de Setembro marca mais especificamente o retorno da guerra “para casa”, de acordo com a estadunidense Catherine Lutz (2002). Ou seja, a guerra deixa de ser algo que pode acontecer em outros países (distantes e desconhecidos, conforme a representação corrente nos países centrais sobre os países dos continentes africano, asiático e latino-americano), para pegar os americanos “desprevenidos” em suas próprias casas.

Sob tal chave interpretativa, nas últimas décadas a militarização das cidades do Norte tem se aproximado daquela que tem sido experimentada no Sul Global. A possibilidade concreta, até então desconhecida, de terem suas fronteiras rompidas, expostas a uma vulnerabilidade insuportável e com um terrível preço pago em vidas humanas, colocou à sociedade estadunidense a constatação de que “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos, e há ‘vidas que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, 2019: 16). Até no léxico cotidiano as experiências urbanas se aproximaram: se antes a 'Guerra às drogas' tinha os países do Sul como lócus, a 'Guerra ao Terror' se apresenta como uma batalha com uma territorialidade e historicidade infinitas. Novamente a 'guerra' se oferece como um operador heurístico para pensar as diferentes modalidades do mesmo processo de militarização, permitindo contrastar realidades sócio-históricas distintas.

Esta inflexão na geografia política da guerra ajuda a compreender a adaptação dos conceitos de militarização observados na literatura sobre o tema. Enquanto conceito mais amplo, a militarização tem sido compreendida por parte da literatura como um “processo social e histórico através do qual investimentos em instituições militares junto a positivos e particulares tipos de pensamento sobre atores e atividades militares moldaram a vida humana global” (Lutz, 2007). No mesmo registro, é destacada a relação entre militarização, instituição das Forças Armadas e sua influência política e econômica na sociedade, reforçando hierarquias de raça, classe, gênero e sexualidade e moldando as histórias nacionais a fim de valorizar e legitimar as ações militares (Lutz, 2002: 723). Lutz (2002) chama atenção ainda para o trabalho de diversos antropólogos que, com suas pesquisas, demonstram que a guerra produz também “deformação social, silenciamento e resiliência tanto quanto causa a destruição dos corpos físicos” (2002: 725). Cabe destacar que nesta apreensão a dimensão econômica também é valorizada, ao tomar a influência que os militares têm sobre a vida social a partir de seu poder econômico, assentados em orçamentos volumosos.

Em outra definição, Lutz destaca a dimensão institucional burocrática (compreendida para além da instituição militar) como elemento central, definindo a militarização como “forma de vida alcançada no mundo contemporâneo por grandes instituições burocráticas em torno da preparação para, ou produção da, violência” (2007: 108).

Nas cidades do Norte e do Sul Global das últimas décadas, o termo "militarização urbana" tem se feito presente a fim de dar sentido a uma tendência e um processo social complexo e multiforme, caracterizados pelas dimensões simbólicas e práticas que envolvem uma rotina de guerra, ou a gestão das vidas cidadinas a partir da experiência de guerra. Com isso, a militarização tem sido privilegiada analiticamente a partir de seus efeitos econômicos e burocráticos, dando forma a um modo de organização societária que é particular e específica, merecedora de maior compreensão sociológica.

Ao tratar da militarização a partir das experiências do Norte Global, o britânico Stephen Graham (2016) destaca a dimensão econômica como um dos cinco elementos que definem o que chama de Novo Urbanismo Militar. Ao descrever a participação de empresas e indústrias de tecnologia, vigilância e entretenimento, corporações de segurança, universidades corporativas, especialistas e instituições financeiras no circuito dessas práticas, o geógrafo revela uma das fontes da colonização da prática e do pensamento urbanos, orientada por ideias militarizadas de segurança.

A importância da guerra como agente econômico também é ressaltada pelo estadunidense David Harvey (2005), ao considerar as guerras imperialistas enquanto forma de “exportar” tensões criadas pela luta de classes dentro dos centros de acumulação para as áreas periféricas (2005: 69). Através de seu conceito de “acumulação por despossessão” o autor articula os processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais) às práticas operadas também no centro do capitalismo, como a privatização, financeirização, gerência e manipulação de crises e redistribuição estatal.

Nesta caracterização, a militarização tem seu funcionamento revelado enquanto poder para fazer guerra, acionado em momentos de crise política e econômica – ainda que tais crises sejam sistêmicas e um tanto deliberadas (Harvey, 2005). Contudo, apesar das importantes contribuições dadas por esse conjunto de autores, a caracterização da militarização está pautada na dualidade civil - militar, operando a militarização como tendência à sobreposição desta última.

O momento atual estaria sendo marcado pela transformação da guerra em algo permanente, operada sem fim, propiciando a militarização da própria ordem social. O próprio capitalismo estaria assentado na promoção da guerra permanente contra os povos “bárbaros” das colônias e também contra os “bárbaros” da classe trabalhadora europeia e norte-americana. É nesse sentido que Neocleous (2011, 2013) argumenta que o poder repressivo exercido pela polícia nas cidades permite traçar uma continuidade entre a colonização e a disciplinarização da população – e por isso a “pacificação” seria o modelo ordenador da sociedade moderna. Para o autor, até a legitimação de políticas neoliberais acionaria a ideia da “guerra” como base, utilizando práticas estatais autoritárias e repressoras em sua execução (Neocleous, 2013, p. 64). No mesmo diapasão, Howell (2018) argumenta que o uso do conceito militarização tem por efeito esconder a violência constitutiva da “esfera civil”, isolando tal dimensão nas instituições responsáveis pela guerra e excluindo-a da produção e sustentação da ordem capitalista liberal. A crítica ao conceito de militarização também aponta que o uso do termo descreve o processo como algo “datado” ou característico apenas dos países não ocidentais, conforme aponta a interessante crítica de Bilgin ao caráter eurocêntrico da categoria militarização (2023). Leander (2022), por sua vez, recupera parte desse debate, reivindicando o conceito pelo resultado produzido no ato de “nomear” processos como militarização, o que contribuiria para não “suavizar” seus efeitos nas experiências cotidianas de violência em que eles estão sendo implicados.

Parte da literatura especializada que domina o debate a partir das experiências centrais têm apontado para relações próximas entre o processo de militarização e as formas coloniais de poder e saber que operam nas cidades. Nesse sentido, é ressaltado o "lado obscuro da modernidade" (Mignolo, 1995) que reflete a colonialidade e seus dispositivos de condução da vida social, também repercute na guerra como repertório da gestão das cidades contemporâneas, reproduzindo lógicas racistas de organização dos espaços há séculos.

A literatura que tem movimentado o debate a partir das cidades do Norte Global costuma caracterizar a questão enquanto excepcionalidade e desvio das práticas convencionais da vida urbana, remetida a um passado ou a cenários "bem longe de casa" (Bilgin, 2023). Ao passo que no Rio de Janeiro,

e em tantas outras cidades do Sul Global, tal fenômeno se constitui como parte da rotina e marca a tendência de ações de tempos passados e presentes (Cavalcanti, 2023b).

Da perspectiva de quem experimenta a militarização a partir das margens, espaços periféricos e sob influência das dinâmicas gestadas pelos países centrais, está colocada uma questão como ponto de partida: em vista de condições tão desiguais, nos quais braços armados participam das formas de pensar e governar a vida social, o que emerge do uso da categoria militarização? Que novidades e aproximações são percebidas entre os espaços urbanos do Norte e do Sul Global a partir desse enquadramento conceitual?

Na próxima seção tratamos dos usos e sentidos da ideia de militarização em estudos que tomam o Rio de Janeiro, considerando as particularidades deste processo nos últimos anos. A partir das condições particulares deste processo na cidade, estabelecemos contraste à literatura especializada sobre o tema a fim de considerar as intercessões entre o fenômeno e as dimensões da colonialidade do espaço. Interessa-nos, nesse sentido, enquadrar o estado de "guerra urbana" no repertório das estratégias de reprodução das desigualdades na cidade, organizando corpos e lugares em posições marcadas racialmente ainda que mascaradas por formas próprias de conhecimento e planejamento urbano.

Cidades em guerra "daqui": "pacificação", intervenção e expansão das milícias

Ainda que a bibliografia anglo-saxã sobre o tema esteja longe de se esgotar, buscamos para este esforço de análise estabelecer algum contraste às concepções alcançadas na literatura especializada acerca da cidade do Rio de Janeiro. Reflexões sobre a "guerra" e a militarização têm feito parte do rol de temas de pesquisa em diversas áreas das ciências sociais nos contextos local e nacional. Dentro do escopo deste artigo, selecionamos os estudos que abordam o tema a partir da perspectiva da militarização da vida urbana, ou seja, do impacto da militarização na rotina dos que vivem, trabalham e circulam nas cidades. Neste sentido, as favelas e periferias cariocas e sua relação com o aparato repressivo estatal e os grupos armados constituem o nosso foco de análise.

Nessa perspectiva, é importante tomar o passado colonial como ponto de partida desse processo e modelo que se perpetua historicamente (Fanon, 2004). Em continuidade à experiência dos quilombos, as favelas do Rio de Janeiro refletem as formas e condições da presença da população negra no espaço urbano brasileiro (Nascimento, 2006; Campos, 2005). As continuidades entre a experiência do quilombo e da favela, entretanto, seguem sendo pouco exploradas pelas investigações sobre o tema que, em geral, reforçam o momento da Abolição como o início desta questão como um "problema" (Davies, 2022). Sob esse olhar historiográfico, os recém-libertos não lograram iniciativas institucionais de integração à ordem capitalista, expostos à condição de desemprego e desabrigo. Assim, a maioria foi para as cidades tentar a vida em trabalhos informais, já que as indústrias davam preferência a imigrantes europeus recém-chegados ao país (Fernandes, 1964).

Em uma leitura tradicional, a população negra teria passado a partir daquele momento a ocupar áreas livres, geralmente encostas de morros e beira de rios, com o objetivo de construir casebres de madeira. Tal situação teria ocorrido com mais evidência no Rio de Janeiro, que naquele momento era a capital do Brasil e sempre teve uma grande parcela da população negra em sua composição (Valladares, 2005). Contudo, muitas favelas no Rio de Janeiro e no Brasil se formaram antes disso a partir de quilombos (Campos, 2005). Apesar das favelas terem se formado por diferentes origens,

surpreende a falta de interesse sobre as relações entre essas formas de habitar o espaço, que convergem em condições e características que configuram a vida da população negra em nossas cidades. Vale dizer que segundo o Censo de 2010, 66% dos lares localizados em áreas de favela no Rio de Janeiro são chefiados por homens e mulheres negras (IBGE, 2010).

Pelas condições incertas com que surgem e se consolidam no espaço urbano, as favelas e seus moradores sofrem uma espécie de duplo estigma: o racismo e o preconceito social por morarem em locais ocupados e/ou irregulares, por não terem a propriedade do terreno onde moram, por serem considerados “invasores”. Valladares (2005, pp. 37 e ss.) apresenta com detalhes como a representação social desses espaços enquanto um mundo à parte – insalubre, anti-higiênico e contagioso – orientou por décadas as políticas públicas a serem ali executadas, desde as medidas para remoção dos cortiços até as políticas que visavam administrar e controlar as favelas e suas populações.

No mesmo sentido, a militarização das polícias tem sido um traço do processo de formação dos estados nacionais latinoamericanos, tendo por consequência um embaralhamento entre as funções de garantir segurança, ordem e combate aos inimigos externos. O ápice desse processo foram as ditaduras militares que varreram o continente nas décadas de 1960 a 1980 (Ribeiro et. al., 2016). No Brasil, esse período marcou a subordinação das polícias às Forças Armadas - vigente até hoje. No caso do Rio de Janeiro, a Polícia Militar é especialmente violenta: em 2017, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), 5.144 pessoas morreram em decorrência de ações policiais no país, sendo que 1.127 desses casos ocorreram no Estado do Rio de Janeiro (representando quase 22% dos mortos, quando sua população de 16,72 milhões de habitantes equivale a 8% da população brasileira).

Ao considerar que a militarização no Brasil se revela um processo que acompanha e constitui as formas de governar as populações racializadas desde a escravidão até hoje, é preciso levar em conta as formas de urbanismo e a reprodução de assimetrias como aspectos estruturantes que colocam a raça na relação entre centro - periferia, e que fundamenta a "colonialidade do poder" sob aspectos espaciais (Name, 2019).

Além da continuidade deste processo, é possível considerar mais recentemente uma intensificação da militarização enquanto dispositivo de governo da cidade. Há mais de trinta anos, pelo menos, temos registro do uso de tanques de guerra e contingentes do Exército para atuação nas favelas - como durante a Cúpula Eco-92 realizada na cidade (Leite, 2000). Depois disso, o histórico de operações policiais altamente militarizadas contra essas mesmas populações, e muitas vezes contando com a participação das Forças Armadas, continua sendo um traço de nossa política de segurança pública (Magalhães, 2020).

Assim, é importante refletir se vale insistir na distinção conceitual entre Forças Armadas e polícias - e, ainda que a cidade carioca seja o caso em destaque, esse embaralhamento não se trata de um fenômeno local. Seguindo essa tendência, Magalhães (2020) compreende a militarização a partir do Rio de Janeiro enquanto parte de um conjunto de “inúmeras iniciativas governamentais voltadas para governar e gerir a cidade e algumas de suas populações” (: 1), que acionam elementos para além dos diretamente militares e que incluem remoções de favelas, assassinatos e chacinas provocadas por policiais, desaparecimentos, encarceramento em massa, criminalização da população em situação de rua etc. (: 2). Todos esses elementos são considerados pelo autor como “experimentações biopolíticas” que produzem a legitimação da guerra enquanto forma de governo (2020).

Desse modo, é possível traçar uma linha de continuidade entre as práticas violentas das recentes megaoperações policiais (Magalhães, 2020), passando pelas chacinas e clamores por aumento da repressão dos anos 1990 (Leite, 2017; Souza e Serra, 2020) e chegando à normalização da militarização

realizada pela Política de Pacificação (2008-2016) e à Intervenção Estadual na Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018-2019). Através desses tempos, podemos incluir o governo operado pelas milícias, em curso ao menos desde os anos 2000.

Voltamos brevemente ao programa de "pacificação" de favelas, uma vez ter sido a iniciativa mais consistente no suposto movimento pendular de gestão da segurança pública da cidade (Villarouca; Ribeiro; Menezes, 2022). O projeto da "pacificação" foi implementado no contexto de inserção da cidade do Rio de Janeiro no circuito das cidades-sede de megaeventos a fim de atenuar os altos índices de criminalidade e reverter uma imagem internacional de cidade violenta. Tendo em vista que o Rio de Janeiro já havia sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014 e era candidata a cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o programa foi posto em prática sem muita regulamentação ou planejamento, no final de 2008 (Menezes, 2023).

Desde seu início, as UPPs contaram com enorme apoio por parte da grande mídia e de setores empresariais, sobretudo aqueles mais diretamente engajados no projeto de transformar o Rio de Janeiro em uma cidade de negócios e empreendedora (Vainer, 2011; Ribeiro & Santos Junior, 2013). Dentre os setores que ativamente participaram da execução do projeto, inclusive contribuindo financeiramente para sua realização, podemos destacar empresas dos ramos petrolíferos, imobiliário e turístico⁴ (Burgos et al., 2011, pp. 55). Da mesma forma, grandes "parceiros" do programa foram a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, a Firjan, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas - essa responsável por co-executar o programa UPP Social, a complementação social do programa (Rocha e Carvalho, 2018).

O projeto das UPPs foi essencial para a inserção do Rio de Janeiro no mercado das cidades-sede dos megaeventos e, por isso, o planejamento de ocupação das favelas seguiu o desenho do circuito turístico, primeiro atingindo as favelas do que se convencionou chamar "cinturão olímpico" (Davies, 2017) - fundamentalmente o entorno do estádio do Maracanã. A preocupação em garantir segurança para os espectadores da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos nunca foi um objetivo disfarçado, e provavelmente essa explícita correlação entre "pacificação" e megaeventos contribua para explicar porque o projeto foi recebido com desconfiança por parte dos moradores de favelas ("pacificadas" ou não). Em survey realizado entre 2014 e 2016 em diversas favelas "pacificadas", 43,4% dos entrevistados afirmaram que a UPP iria acabar após as Olimpíadas (Ribeiro e Villarouca, 2018, pp. 1163).

Do ponto de vista da rotina dos moradores de favela - na perspectiva de pensar como a militarização da vida na cidade se torna rotineira - é importante compreender que o "fim dos tiroteios" - resultado direto da interrupção das operações policiais e de uma atuação menos ostensiva por parte das quadrilhas de traficantes varejistas de drogas - foi sem sombra de dúvida o mais importante resultado das UPPs. Ainda segundo Ribeiro e Villarouca (2018), os respondentes que afirmaram ter percebido uma redução dos tiroteios em suas localidades de moradia eram 3,3 vezes mais inclinados a desejar a continuidade do programa (: 1171). No mesmo sentido, Menezes (2023) indica que é exatamente quando os tiroteios começam a se tornar frequentes, e os traficantes começam a atuar de forma mais ostensiva novamente, que o programa se tornou desacreditado. A autora afirma ainda que, nas duas favelas em que realizou sua pesquisa qualitativa, a principal desconfiança por parte dos moradores era que os traficantes haviam retornado porque teriam negociado com os policiais militares, através do pagamento de propinas - tradicional expediente de troca entre tais atores.

⁴ Segundo Barros Vieira (2016) o grande empresário Eike Batista, do grupo de mineração EBX, se comprometeu em doar R\$20 milhões anuais durante dois anos, a Bradesco Seguros doou R\$2 milhões e empresas como a Coca-Cola, a Souza Cruz e Odebrecht bancaram ou realizaram a construção de diversas sedes para as UPPs (pp. 293).

Em pesquisas realizadas em favelas ocupadas por forças de "pacificação" foi possível observar a subordinação dos debates públicos à necessidade de controle e repressão da população local. Assim, desde o começo da implantação das UPPs apresentou-se uma complementariedade entre o trabalho da polícia no combate ao crime localizado nas favelas e o que deveria ser o trabalho de "levar a cidadania" a esses territórios através de políticas públicas. A máxima que se fez presente, especialmente através do Secretário de Segurança José Mariano Beltrame, foi: "Só polícia não resolve".⁵ A criação do Programa UPP Social, em 2011, buscou auxiliar na solução desse 'problema', e tinha na preocupação com a regulação da vida coletiva durante a transição para um outro 'regime', com o suposto fim da dominação sobre os moradores pelos grupos de traficantes de drogas locais, sua principal missão.

Entretanto, a realidade marcada pela presença policial e o regime militarizado desafiou as premissas do programa. Em diversas situações de campo os técnicos da UPP Social se limitavam a receber reivindicações e registrar queixas dos moradores, sem poder apresentar soluções para os casos. Em outros momentos, viam os comandantes policiais locais tomarem seu lugar na mediação entre a população local, agentes do poder público e "parceiros" do setor privado (Davies, 2014; Rocha, 2018; Rocha e Carvalho, 2018). Quando confrontados com questionamentos sobre a necessidade e previsão de remoção de casas, para obras de urbanização, por exemplo, precisavam reconhecer que não tinham informações ou eram desautorizados pelos militares da UPP local (Rocha, Carvalho e Davies, 2018).

Considerando a experiência da "pacificação" enquanto programa de ocupação militar em algumas favelas no Rio de Janeiro, compreendemos que a militarização constitui seu dispositivo de governo, ainda que vá além desses espaços e personagens, orientando formas de governo da cidade. Por formas repressivas ou sob argumento do "policiamento de proximidade", a militarização tem feito parte dessas dinâmicas gestionárias em formato complexo e multiforme, sustentado pela gramática da violência urbana e a ideia de que práticas de "guerra" são a alternativa a este problema.

Enquanto linguagem e gramática da vida urbana, constitui um dos elementos desse dispositivo a subordinação de ações da administração pública às demandas por segurança e disciplinamento. Investimentos sociais, especialmente nesses territórios, têm encontrado respaldo e legitimidade na opinião pública quando buscam atenuar ou resolver o "risco" que esses espaços representam à paz da cidade e aos "cidadãos de bem".

Outro elemento do dispositivo da militarização é a prerrogativa de que não há alternativa melhor à atuação nesses locais do que a via repressiva, rebaixando a possibilidade de crítica ao programa da "pacificação" e à intervenção federal. Tal rebaixamento articula dois argumentos diferentes: i) o discurso criminalizante/moral, que rotula quem for contra a "pacificação" como a favor do retorno do controle territorial pelo tráfico de drogas (acionado especialmente contra fala de moradores de favelas e suas lideranças, a partir da criminalização desses atores); e ii) o discurso "tecnocrático", que justifica a opção por esse modelo de política de segurança pública como o único possível (e se beneficia da contribuição ativa de pesquisadores da área). Na era da tecnocracia, a política tem sido descrita como politicagem, e a pressão popular desqualificada como incompetente e influenciada por atores políticos que não representam os interesses da maioria. Assim, o discurso técnico - além do moral - também é acionado

⁵ A percepção de que as favelas não deveriam apenas ser alvo de ações policiais e militares, mas também de políticas sociais não é ideia nova, já defendida por líderes comunitários, agentes públicos, pesquisadores, e até mesmo por atores da Segurança Pública, mas nesse momento foi defendida com mais vigor, e pelo próprio secretário. Segundo Beltrame: "O que venho diuturnamente pregando no deserto é que não venham mais falar da polícia, porque a polícia está fazendo seu trabalho. E não cobrem da polícia colocar na cabeça de um jovem que não opte pelo crime. (...) E as questões sociais: quantos gastaram, quantos jovens recuperaram?" (Thomé, 2016).

em muitos momentos contra as demandas de moradores das áreas de favelas (Rocha, Carvalho e Davies, 2018).

No mesmo sentido, a intervenção federal na segurança pública do estado em 2018 aprofundou e radicalizou o processo de militarização urbana. Para Magalhães (2020), a intervenção produziu a “normalização da guerra”, realizada numa zona de indeterminação entre o legal e o ilegal, o que permitiria realizar “operações de guerra” sem que elas fossem definidas como uma guerra padrão, conformes as normas internacionais e seus protocolos (e as consequências decorrentes disto). Para Souza e Serra (2020), a intervenção foi um laboratório para medidas repressivas e violentas de segurança, mas também como teste de legitimação para a gestão militarizada da segurança pública.

Ainda que tanto a Intervenção quanto as UPPs estejam encerradas (as UPPs em fase de desmonte), é fundamental compreender as continuidades dessas iniciativas para a compreensão dos efeitos da militarização na vida das cidades. Concomitante a essas experiências, o Rio de Janeiro passou por outras dinâmicas nas favelas e periferias da Zona Oeste e Baixada Fluminense⁶: a expansão das milícias. Segundo o Ministério Público Federal, entre 2010 e 2017, esses grupos duplicaram sua área de atuação na área metropolitana (Otávio e Araújo, 2018).

As milícias têm sido caracterizadas por: i) dominar territórios por meio de grupos armados, ii) coagir moradores e comerciantes para exploração econômica (seja através da cobrança direta ou através da intermediação de serviços como venda de terrenos, venda de bujão de gás, fornecimento de água, serviço de tv a cabo, entre outros), iii) buscar legitimação social através do discurso de “combater o tráfico de drogas”, iv) contar com a participação de agentes estatais armados. As duas últimas características (busca por legitimação social e participação de agentes estatais) são os principais elementos que diferenciariam as milícias das quadrilhas de tráfico de drogas (Cano & Iott, 2006; Cano & Duarte, 2012). Zalar & Conceição (2007), porém, chamam atenção para a heterogeneidade na forma de atuar nos territórios, seja em relação à forma ostensiva de portar armas, em relação ao controle das atividades de lazer locais e mesmo no que tange à relação entre milicianos e moradores (2007, pp. 95). Alves (2003; 2008), por sua vez, recupera a origem das milícias nos grupos de extermínio que atuavam na periferia da cidade do Rio de Janeiro desde os anos 1960, composta por militares, mas também por “comerciantes e empresários que financiavam e [os] políticos que respaldavam e se beneficiavam do esquema”. Esses grupos de extermínio seriam responsáveis por “uma das mais poderosas estruturas de execução sumária do mundo contemporâneo” (Alves, 2008, pp. 33), e teriam dado origem às milícias quando seus membros passaram eles mesmos a controlar territórios e a ocupar cargos políticos (Alves, 2008, pp. 34).

Em termos cotidianos, para além das variações locais, morar em uma área “de milícia” significa, de forma imediata, que as possibilidades de acesso a serviços que deveriam ser públicos – do transporte, habitação, segurança, gás, internet e televisão a cabo – são necessariamente mediados por agentes privados, sob risco de coação e represálias severas para quem se recusar. Da mesma forma, a função de fiscalização da prestação desses serviços que o poder público deveria realizar também será impedida pelos grupos armados, como no caso das construções na região do Muzema que desabaram em 2019.⁷

Assim, as milícias operam uma forma de controle social de alta intensidade sobre o cotidiano das pessoas nessas áreas, com repercussões para a vida política na cidade. A produção dessas lógicas de

⁶ Sobre a Baixada não será possível explorar. Sobre o tema, ver Miagusko (2016).

⁷ No caso do Muzema, chamou a atenção da opinião pública que prédios de vários andares foram construídos sem qualquer autorização da prefeitura. Os fiscais da prefeitura, no entanto, declararam ter medo de fiscalizar obras em “áreas de milícias” (Capelli, 2019). Os fiscais denunciaram ainda que, mesmo quando emitem parecer para embargar as obras, esses não são cumpridos por “pressão política” dos milicianos. (Altino, 2019).

ordenamento reflete um fenômeno que não se situa tão somente nas favelas e periferias urbanas, mas que integram a organização social, orientando as práticas governamentais postas em curso dentro e fora das instituições.

Portanto, consideramos que a militarização se revela um aspecto importante e cada vez mais fundamental à compreensão das formas de ser, saber e poder nas cidades. Em todo o mundo e sob o efeito do colapso sistêmico do capitalismo as expressões simbólicas e práticas da "guerra" ganham cada vez mais força na arena da vida comum. Este dispositivo se faz presente não apenas sobre determinados espaços, mas enquanto uma lógica de orientação das condutas em todos os lugares, apoiada na retórica da segurança e da evitação de grupos indesejados e marcados no imaginário como "inimigos" de uma raça estranha, suspeita e desumanizada.

Desse modo, a militarização urbana é peça da engrenagem da colonialidade do espaço, uma vez que institui na vida cotidiana uma lógica e um modo de ordenamento fundamentado no princípio classificatório racista, sob as vestes da modernidade e da retórica do progresso e do desenvolvimento.

À guisa de conclusão, retomamos notas produzidas por meio da experiência de militarização urbana compreendida pela literatura especializada e por nossas pesquisas sobre o Rio de Janeiro. Neste esforço de análise, refletimos e buscamos contribuir com questões que envolvem a colonialidade como fenômeno espacial, na condição de referências e diretrizes que organizam e fazem gestão da vida coletiva. O dispositivo da militarização compõe essa engrenagem, com participação crescente na condução da realidade das cidades em diferentes contextos, a despeito das variações que valem ser consideradas nesse movimento.

Considerações finais: notas para um debate sobre as cidades

Este é um texto em produção. Neste sentido, mais do que apresentar conclusões, reunimos elementos para uma reflexão em curso e que pretende seguir em diálogo com outros trabalhos e pesquisas. A partir dos argumentos acionados, buscamos compreender como nossa história nos ajuda a interpretar os fenômenos sociais a partir de continuidades em relação à experiência colonial. Estas conexões se colocam no cotidiano das cidades, operando no âmbito das práticas e das representações simbólicas e constituindo formas de pensar e governar os espaços.

Nesse sentido, a militarização aqui é pensada enquanto processo social que se integra às rotinas urbanas como forma de colonização da esfera social, servindo de justificativa para iniciativas repressivas e extrativistas, e reforçando lógicas que se orientam à produção da guerra. Dessa forma, a militarização não pode ser analisada sem levar em conta a sua dimensão *pacificadora*; isto é, para além de conflitos abertos e práticas ostensivas, a militarização depreende mecanismos de controle e disciplinamento enquanto repertório de governo, aplicado a populações em diferentes cidades do mundo, visando expandir formas de exploração e extração de riquezas e recursos. Demonstramos tal dimensão analisando os processos recentes de "pacificação de favelas" e de expansão e enraizamento das milícias no Rio de Janeiro, de forma a destacar as tecnologias de poder acionadas para a produção desses mecanismos de controle e disciplinamento.

A partir dessa compreensão, e buscando contribuir ao debate, acreditamos ser importante ampliar o conceito de militarização e incluir outros aspectos desse fenômeno - como este é um trabalho em construção, nos permitimos afirmar apenas alguns deles. O primeiro é a questão da

excepcionalidade da militarização. Em muitos dos trabalhos, a militarização aparece como excepcionalidades que se buscam normalizar - e por isso a contribuição de Agambem (2015) tem sido frequentemente referida, no sentido de compreender o estado de exceção como um recurso de legalidade frente ao que seria ilegal por suposto. Todavia, a excepcionalidade é associada, na formulação que pretendemos criticar, aos espaços e tempos "fora" dos regimes democráticos, dos marcos civilizatórios ocidentais do Estado de Direito - nesse sentido, Bilgin (2023) acusa o conceito de militarização de sofrer em sua gênese do mal que ela nomeia como "eurocentrismo epistêmico". Considerando as mais de três décadas de "guerra" contra as favelas e seus moradores, e a naturalização do extermínio de sua população negra (Farias, 2008), parece pouco acertado não considerar a militarização enquanto fenômeno rotineiro - ainda que a ideia de exceção e crise sejam sempre acionadas a fim de justificar ações eventualmente rejeitadas pela opinião pública (Magalhães, 2020: 6). Mas nossa experiência histórica permite descrever a militarização fora da excepcionalidade, portanto compatível com o marco civilizatório do próprio Estado de Direito, ao mesmo tempo e em continuidade com a experiência colonial (Mbembe, 2006).

Outro aspecto a considerar é que nas periferias brasileiras o poder repressivo expresso na militarização não se configura como um monopólio *estatal*. Experimentamos a privatização desse poder na atuação de grupos paramilitares e de milícias, especialmente considerando as ligações desses grupos com a política institucional (estadual e nacional) e os mercados ilegais. Junto com a militarização das polícias e a policialização das forças armadas, como destacaram Souza e Serra (2020), a estatização dos grupos militares faz parte do "poder de morte e destruição [que] é central nas estratégias biopolíticas produtoras de desigualdades sociais e de assimetrias de distribuição de poder no país" (2020: 209).

Contudo, vale destacar que esta não é uma realidade exclusiva dos países classificados como autoritários ou de "estado democrático" de tipo fraco, tampouco estão circunscritas às cidades do Sul Global que representam a crise do capital contemporâneo (Canetti, 2021). No contexto dos países centrais, a militarização também tem se dado sob atuação de setores privados (Leander, 2022). De igual maneira, em décadas mais recentes, estudos nessas cidades revelam a dimensão cotidiana da militarização por lá como aqui. Sobre a circularidade entre centros e periferias do capitalismo, Neocleous (2011) argumenta que o problema da segurança tem sido central para a reprodução da ordem econômica em escala global: "Essa necessidade de 'desassegurar a insegurança' é fundamental para todos os aspectos do capitalismo (...)"⁸ (: 192, aspas do autor e tradução livre nossa). Assim, argumenta que a ideia de pacificação permitiria articular a colonização por medidas repressivas e disciplinadoras internas a países centrais e periféricos, unindo sob o estado moderno as funções militares, policiais e sociais dentro de uma mesma lógica (: 200). Portanto, para Neocleous, o conceito de militarização deve considerar a ideia de governo para além da compreensão prevalecente do Estado enquanto agente privilegiado da cena política. A multiplicidade de agentes, práticas e repertórios nos convidam a repensar esses aportes teóricos, tomando as formas de governo em sua natureza complexa e sensível aos contextos sociais e históricos.

Uma última observação sobre a militarização urbana como dispositivo da colonialidade se relaciona ao tema já tratado da dimensão rotineira e excepcional dessas experiências, mas que se reporta a outro aspecto dessa questão, no caso a própria compreensão de tempo para esses fenômenos em seus diferentes cenários. O debate sobre a colonialidade contribui para a compreensão de como as dimensões de poder operam na produção do conhecimento, em especial nos seus efeitos representacionais sobre o Sul Global. Enquanto o Velho Mundo incorporou a história na forma urbana

⁸ No original: This need to 'insecure insecurity' is fundamental to every aspect of capitalism (Neocleous, 2011, p. 192, aspas do autor)

como resultado da sedimentação temporal, preservando e cultuando suas ruínas, o Novo Mundo, “sem dimensão prévia no tempo”, introduziria um novo ritmo ao processo urbano, dessacralizando ruínas (e passados) pela constante renovação urbana. Desse modo, suas ruínas seriam, paradoxalmente, “novas”. Essa seria uma característica fundamental do espaço e da vida urbana no Novo Mundo (Cavalcanti, 2023a: 5). Ao refletir sobre a militarização da vida no Rio de Janeiro, e seu significante “guerra”, a dimensão do tempo se reapresenta em sua faceta paradoxal: constitutivo de nossa formação colonial, nosso tempo é o de uma “guerra sem fim”, rotineira como experiência e igualmente excepcional nos seus efeitos. Nesse sentido, argumentamos que a militarização não é uma “falha no sistema democrático”, uma ideia “fora do lugar” ou ainda um resquício do passado; ao invés disso, a militarização tem se revelado um processo coproduzido entre centros e periferias, impérios e colônias, metrópoles e margens do sistema capitalista, que configura nossa modernidade em seu lado obscuro.

Referências

Agamben, Giorgio. Estado de exceção:[Homo Sacer, II, I]. Boitempo Editorial, 2015.

Altino, Lucas. Não aguento mais embargar e não acontecer nada', diz funcionário da prefeitura sobre fiscalização na Muzema. O Globo, 02 abr. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/nao-aguento-mais-embargar-nao-acontecer-nada-diz-funcionario-da-prefeitura-sobre-fiscalizacao-na-muzema-23596048>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

Alves, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.

Alves, José Cláudio Souza. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (eds). Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro, 33-36. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

Bilgin, Pinar. Against Eurocentric narratives on militarism. Critical Military Studies. p. 1-5, 2023.

Burgos, Marcelo Baumann, et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. Desigualdade & Diversidade. n. 11, p. 49-69, 2011.

Butler, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [2009] 2019.

Campos, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

Canetti, Thiago. As cidades do Sul Global como referências globais do colapso. VIRUS n. 23, 2021.

Cano, Ignacio; Ioot, Caroline. Seis por meia dúzia. Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2008.

Cano, Ignácio; Duarte, Thais Duarte. No sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2012.

Cappelli, Paulo. Prefeitura diz que fiscais temem reação da milícia na Muzema, e operações terão apoio da Polícia Militar. *Jornal O Globo*, 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-diz-que-fiscais-temem-reacao-da-milicia-na-muzema-operacoes-terao-apoio-da-policia-militar-23599526>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

Cavalcanti, Mariana. Ainda construção e já ruína: Para uma antropologia dos urbanismos globais. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n.16, 2023a.

Cavalcanti, Mariana. For a war yet to end: Shootouts and the production of tranquility in massive Rio de Janeiro. *The Geographical Journal*, 2023b.

Connell, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, out. 2012.

Davies, Frank Andrew. Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, n. 8, v.1, p. 24-46, 2014.

Davies, Frank Andrew. Deodoro: formas de governo para uma “região olímpica”. Tese (Doutorado) Ciências Sociais, UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

Davies, Frank Andrew. A colonialidade do "problema da favela": ensaio sobre a cidade latino-americana. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 22, v.34 p. 334-356, 2022.

Delgado, Yasser Farrés. Dialogar com Quijano: a colonialidade como categoria para compreender o ambiente construído no sistema-mundo moderno/colonial." *Laje*, v. 3, n.1, 2019.

Farias, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. *Teoria & Sociedade*. n. 15, v.2, p. 138-171, 2008.

Fanon, Frantz. *The Wretched of the Earth*. New York: Grover, 2004.

Fernandes, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1964.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança. Brasília: FBSP, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Apresentac%CC%A7a%CC%83o_Anua%CC%81rio.pdf>. Acesso em 02 mar. 2024.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. *Ditos e escritos IV*. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

Graham, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo Editorial, Coleção Estado de Sítio, 2016.

Harvey, David. *O Novo imperialismo*. Edições Loyola, 2005.

Howell, Alison. Forget “militarization”: Race, disability and the “martial politics” of the police and of the university. *International Feminist Journal of Politics*, v 20 n.2, p. 117-136, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). *Censo 2010*. Brasília: 26 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

Kaldor, Mary; Saskia Sassen (org.). *Cities at war: Global insecurity and urban resistance*. Columbia University Press, 2020.

Leander, Anna. Militarization matters: rhetorical resonances and market militarism. *Critical Military Studies*, p. 1-24, 2022.

Leite, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v15, n.44, p. 43-90, 2000.

Leite, Márcia Pereira. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n. 3, p. 18-22, 2017.

Leite, Márcia Pereira et al. *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

Lutz, Catherine. Militarization. In: *A Companion to the Anthropology of Politics*, p. 318-331, 2007.

Lutz, Catherine. Making war at home in the United States: Militarization and the current crisis. *American Anthropologist*, v. 104, n.3, p. 723-735, 2002.

Machado da Silva, Luiz Antonio. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Magalhães, Alexandre. A Guerra como Modo de Governo em Favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n.106, 2020.

Maldonado-Torres, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 27-54.

Martins, Gizele. *Militarização e censura - A luta por liberdade de expressão na Favela da Maré*. Rio de Janeiro: Editora do Núcleo Piratininga de Comunicação, 2019.

Mbembe, Achille. Necropolitics. *Raisons politiques*, v. 21, n.1, p. 29-60, 2006.

Menezes, Palloma Valle. *Entre o fogo cruzado e o campo minado: a “pacificação” das favelas cariocas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2023.

Miagusko, Edson. *Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n.91, 2016.

Mignolo, Walter. *The darker side of the Renaissance: literacy, territoriality and colonization*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1995.

_____. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. *GEOgraphia*, v. 7, n. 13, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2005.v7i13.a13499>> Acesso: 01 mai. 2020.

Nascimento, Beatriz. O conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: RATTTS, Alex; NASCIMENTO, Beatriz. *Eu Sou Atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

Name, Leo. Aníbal Quijano depois do dependentismo: notas inconclusivas sobre colonialidade, raça e a atualização do debate sobre centro e periferia. *Epistemologias do sul*, v. 3, n. 2, p. 118-133, 2019.

_____. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas em arquitetura. *Revista Pos FAUUSP*, São Paulo, v. 28, n. 52, e168263, jan-jun 2021.

Neocleous, Mark. 'A brighter and nicer new life': Security as pacification. *Social & Legal Studies*, v20, n.2, p: 191-208, 2011.

Neocleous, Mark. The dream of pacification: Accumulation, class war, and the hunt. *Socialist Studies/Études socialistes*, 2013.

Oliveira, Nelma Gusmão de. O poder dos jogos e os jogos do poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

Otávio, Chico; Araújo, Vera. Em oito anos, número de áreas controladas por grupos paramilitares dobrou. *Jornal O Globo*, 10 de Abril de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-oito-anos-numero-de-areas-controladas-por-grupos-paramilitares-dobrou-22574503>>. Acesso em 02 mar. 2024.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

Ribeiro, Luis César de Queiroz; Santos Júnior, Orlando Alves dos. Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. *O social em questão*, v. 29, n1, p. 23-42, 2013.

Ribeiro, Ludmila; Oliveira, Victor Neiva; Alves Diniz; Alexandre Magno. Los significados de “policía comunitaria” para la Policía Militar Brasileña. *Estudios sociológicos*, v. 34. n. 102, p. 603-637, 2016.

Ribeiro, Ludmila; Vilarouca, Márcio Grijó. “Ruim com ela, pior sem ela”: o desejo de continuidade das UPPs para além das Olimpíadas. *Revista de Administração Pública*, n. 52, p. 1155-1178, 2018.

Rocha, Lia de Mattos. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos no espaço público. In Leite, Marcia Pereira et al. (org), *Militarização no Rio de Janeiro: da “pacificação” à intervenção*, Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p 223-239, 2018.

Rocha, Lia de Mattos; Carvalho, Monique Batista de. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. *Cadernos MetrÓpole*, n. 20, v. 43, p. 905-924, 2018.

Rocha, Lia de Mattos; Carvalho, Monique Batista de; Davies, Frank Andrew. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, v. 10, n. 1, p. 216-237, 2018.

Rocha, Lia de Mattos; Da Motta, Jonathan Willian Bazoni. Entre Luzes e Sombras: o Rio de Janeiro dos Megaeventos e a militarização da vida na cidade. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. v. 22, n. 2, 2020.

Roy, Ananya. Slumdog cities: Rethinking subaltern urbanism. *International journal of urban and regional research*. Vol. 35, n.2, pp: 223-238, 2011.

Souza, Luís Antônio Francisco de; Serra, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. *Tempo Social*, v. 32, n. 2, p. 205-227, 2020.

Thomé, Clarissa. A UPP fez sua parte. Para onde foi a verba de assistência social?. O Estado de São Paulo, 25 mai. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2fMriaH>>. Acesso em 02 mar. 2024.

Vainer, Carlos B. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR)*, p. 231-248, 2011.

Valladares, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

Vieira, Rafael. Sobre o regime empresarial-militar de ocupação das favelas do Rio de Janeiro: Uma análise (crítica) das UPPs. *Revista Direito e Práxis*, 7.3, p. 284-339, 2016.

Vilarouca, Márcio Grijó; Ribeiro, Ludmila; Menezes, Palloma. Os policiais das UPPs e a crise permanente da segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, 2022.

Zaluar, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Brasiliense, 1985.

Zaluar, Alba; Conceição, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.